



MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Subprocurador-Geral

Ofício nº XX/2022 (GAB)

Brasília-DF, em 25 de janeiro de 2022.

À Sua Excelência

BRUNO DANTAS

Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU)

Ministro Relator do TC 006.684/2021-1

Excelentíssimo Senhor Ministro,

Em 17.01.2022, encaminhei a Vossa Excelência o Ofício nº 001/2022 (GAB) acerca da transparência processual no âmbito do TC 006.684/2021-1 que trata de representação autuada em cumprimento à decisão monocrática (peça 1) que Vossa Excelência proferiu no TC 035.857/2015-3, em que determinou a adoção de medidas com vistas a apurar os indícios de irregularidades noticiados no Ofício nº 002/2021-GAB envolvendo a Operação Lava-Jato e a empresa Odebrecht S.A.

O Ofício nº 002/2021-GAB foi por mim encaminhado a Sua Excelência tendo em vista a correlação de assuntos com representação oferecida visando apuração dos prejuízos ocasionados aos cofres públicos pelas operações supostamente ilegais dos membros da Lava Jato de Curitiba e do ex-juiz Sérgio Moro, mediante práticas ilegítimas de *revolving door*, afetando a empresa Odebrecht S.A., e *lawfare*, conduzido contra pessoas investigadas nas operações efetivadas no âmbito da chamada “Operação Lava Jato”.

Solicitei, naquela ocasião, que, na qualidade de relator dos TCs 006.684/2021-1 e 035.857/2015-3, Vossa Excelência adotasse medidas no sentido de tornar público todas as peças dos processos envolvendo o ex-juiz Sérgio Moro, especialmente relacionados à

Odebrecht S.A e à empresa Alvarez & Marsal, com ressalvas àquelas que motivadamente devessem ser resguardadas sob sigilo.

Em consulta processual, pude notar que Vossa Excelência proferiu despacho (peça 170) determinando o levantamento do sigilo de todas as peças que compõem os autos.

De forma acertada, Vossa Excelência entendeu que as informações relativas aos processos em que a Alvarez & Marsal atua como administradora judicial, assim como os honorários estabelecidos, são de caráter público.

Ao analisar as peças, pude constar que a Alvarez & Marsal recebeu cerca de R\$ 40 milhões de empresas condenadas na Lava Jato, sendo 1 milhão por mês da Odebrecht e Ativos (antiga agroindustrial), 150 mil da Galvão Engenharia, 97 mil da OAS e 115 mil mensais do Estaleiro Enseada (dados conforme peça 143 dos autos).

A Lava Jato, sem dúvidas, foi uma impactante operação realizada no Brasil a qual, inclusive, já me considerei fã e apoiador. De certo, o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro precisam ocorrer em nosso país. Porém, infelizmente, os desdobramentos dessa operação têm surpreendido negativamente, tal qual o possível conflito de interesses envolvendo a operação e o ex-juiz Sergio Moro.

Reafirmo a necessidade de se conhecer toda documentação relativa ao rompimento do vínculo de prestação de serviços entre o ex-juiz Sérgio Moro e a empresa Alvares & Marsal, visto o possível conflito de interesses da atuação do ex magistrado quando consultor na administradora da recuperação judicial do grupo de empresas condenadas pela Lava Jato.

Analisando a resposta à peça 143, pude notar que a empresa negou apresentar esses dados com o argumento de que haveria cláusula de confidencialidade, bem como de que a jurisdição contratual seria dos Estados Unidos da América.

Penso que esse argumento não deve prosperar. O ex-juiz Sérgio Moro homologou acordos de leniência firmados entre o Ministério Público Federal e as empresas do grupo Odebrecht o que, em sua atuação, pode ter contribuído para a insolvência da empresa.

Há claro interesse público brasileiro nessa relação visto o possível conflito de interesse do agente (ex-juiz) que, em um primeiro momento, atua em processo judicial com repercussões na esfera econômica e financeira da empresa e que, posteriormente, aufere renda, ainda que indiretamente, no processo de recuperação judicial para o qual seus atos podem ter contribuído.

Ademais, conforme relatei em nova representação oferecida a essa Corte de Contas (TC 000.602/2022-1), é evidente que devem ser responsabilizados os agentes públicos que incorreram nas possíveis ilegalidades que culminaram na nulidade dos processos judiciais conduzidos sob toda essa parcialidade revelada nos diálogos que vieram a público e já declarada pelo STF no âmbito do HC 164.493-PR, do Seg. Ag. Reg. no HC 193.726-PR e da Extensão no HC 164.493-PR. Nesse sentido, três processos já foram anulados, por ter sido reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal a suspeição e parcialidade do ex-juiz Sérgio Moro em relação ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O histórico dos fatos traz consigo questionamentos acerca da possível perda de arrecadação tributária decorrente do processo de recuperação judicial da empresa Odebrecht S.A, bem como sobre a improvável recuperação dos valores relativos ao acordo de leniência celebrado com a Odebrecht, que muito provavelmente não serão revertidos ao erário, uma vez que se constituem como meros créditos subquirografários, sem quaisquer privilégios para o credor público.

Não se pode olvidar o fato de que estamos diante de situação que envolve recursos públicos de elevado montante sendo importante atuação dos órgãos a fim do interesse maior, qual seja, a busca do interesse público e defesa do erário.

Nessa seara, destaco entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) de que “O sigilo de informações necessárias para a preservação da intimidade é relativizado quando se está diante do interesse da sociedade de se conhecer o destino dos recursos públicos. 4. Operações financeiras que envolvam recursos públicos não estão abrangidas pelo sigilo bancário a que alude a Lei Complementar nº 105/2001, visto que as operações dessa espécie estão submetidas aos princípios da administração pública insculpidos no art. 37 da Constituição Federal. Em tais situações, é prerrogativa constitucional do Tribunal [TCU] o acesso a informações relacionadas a operações financiadas com recursos públicos”. (MS 33340, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 26/05/2015, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-151 DIVULG 31-07-2015 PUBLIC 03-08-2015).

Sendo assim, informações que envolvam recursos públicos tem como regra geral a transparência, podendo o TCU ter acesso a tais movimentações. Há claro conflito de interesses na relação contratual em investigação. Não se pode utilizar do manto da confidencialidade para obstaculizar o conhecimento pleno pela sociedade brasileira de fato com tamanha relevância.

Dito isto e diante das informações existentes no TC 006.684/2021-1, venho solicitar e propor a Vossa Excelência que, na qualidade de relator do TC 006.684/2021-1:

a) ratifique junto à empresa Alvares & Marsal a solicitação do item “c” do despacho à peça 57, sob pena de responsabilidade e;

b) adote medidas junto ao Sr. Sérgio Moro, ao Banco Central do Brasil (Bacen) e ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) visando obter toda documentação relativa ao rompimento do vínculo de prestação de serviços do Sr. Sergio Moro junto à empresa Alvares & Marsal.

Por fim, analisando os autos, verifico que o Excelentíssimo Procurador do MPTCU, Sr. Júlio Marcelo, interpôs agravo à peça 151 que, dentre os pedidos, solicita que “sejam desentranhadas as indevidas manifestações e elementos carreados aos autos pelo Exmo. Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado após a regular atribuição de competência para neles officiar a este membro do MP de Contas”.

Com as devidas vênias ao Sr. Júlio Marcelo, ressalto que não há impedimento de atuação deste nobre subprocurador da forma como vem ocorrendo.

Primeiramente é de frisar que o processo aberto nesse Tribunal de Contas partiu de representação de minha lavra. Quando ofereci a representação, existiam dúvidas sobre as irregularidades em apuração. O conflito de interesses em análise é evidente! Há de se apurar os fatos da forma mais detalhada possível.

Como não sou o procurador designado para atuar nos autos, todas minhas colaborações foram realizadas de forma extraprocessual através de ofícios ao relator incumbindo a este a avaliação de oportunidade e conveniência das considerações. Cumpre notar que isso não afasta atribuição do procurador natural para atuação nos autos; motivo pelo qual as independências funcionais de ambos os membros deste MPTCU remanescem respeitadas.

Contudo, assombra-me o fato de colega desse *Parquet* se incomodar tanto com possíveis colaborações no âmbito do processo. Como já havia dito, minha atuação se encontra respaldada nos regulamentos internos, não havendo empecilhos para que ofícios sejam encaminhados ao relator. Não existe suspeição de minha parte, mas acredito existir possível conflito de atuação do Sr. Júlio Marcelo nos autos em epígrafe visto ele ser amigo do responsável em análise (ex-juiz Sérgio Moro).

A relação amigável e de admiração entre o Sr. Júlio Marcelo e o ex-juiz Sérgio Moro é de conhecimento público podendo ser comprovada através de postagens publicadas em sítio jornalístico <
<https://www.migalhas.com.br/quentes/357849/tcu-rejeita-pedido-de-procurador-admirador-d-e-moro-para-atuar-em-acao>>.

A título exemplificativo, extrai-se da referida página trechos publicados pelo procurador referenciando o ex-juiz:

"Neste Dia Internacional de Combate à Corrupção, tive a honra de discursar na Câmara dos Deputados, na sessão solene em homenagem a Sérgio Moro, e de receber a Medalha Patriótica, conferida pelos Movimentos da Sociedade Civil. O Ministro Sérgio Moro merece todas as homenagens!"

"Assistindo à excelente entrevista com o juiz Sergio Moro no Roda Viva, exemplo de magistrado e homem público. Na semana passada, a AMPCON prestou-lhe merecida homenagem por tudo que tem feito pelo país."

"Fazer a coisa certa sempre! Moro saiu do governo como entrou. Íntegro, correto, leal ao país. Um gigante que sempre se colocou a serviço do Brasil. Que Deus o abençoe e proteja."

"Deltan Dallagnol, os colegas da Lava Jato e Sérgio Moro são exemplos de pessoas de bem, éticas, corretas e corajosas. Enfrentam o maior caso de corrupção do mundo com profissionalismo e dedicação invejáveis. Basta ver as decisões esmagadoramente mantidas pelo TRF4 e pelo STJ."

Dessa forma, a suspeição do Sr. Júlio Marcelo - decorrente da relação de amizade mantida com o ex-juiz Sérgio Moro - deveria impedir que este atuasse no processo em análise, em face da dúvida sobre sua imparcialidade e/ou independência.

Ressalto que não estou solicitando minha atuação nos autos. Essa designação iria de encontro à PORTARIA-MP/TCU N° 02/2020, que estabelece critérios para atribuição de processos aos Membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, porém diante dos fatos narrados, em prol da transparência e visando não pairar dúvidas, **sugiro que Vossa Excelência atue junto à Procuradora-Geral do MPTCU, Sra. Cristina Machado da Costa e Silva, visando a avocação processual conforme art. 6º da PORTARIA-MP/TCU N° 02/2020 ou visando novo sorteio do processo dentre os demais membros do MPTCU.**

Sendo, pois, o que tinha a participar a V. Ex.^a, aproveito o ensejo para manifestar protestos de estima, respeito e consideração.

Atenciosamente,

(Assinado Eletronicamente)

Lucas Rocha Furtado

Subprocurador-Geral